

Legado africano na formação da cultura cearense: uma revisão teórica

Maria Elanny Damasceno Silva¹
Luis Tomás Domingos²
Juan Carlos Alvarado Alcócer³
Olienaide Ribeiro Oliveira Pinto⁴
Brenda Damasceno Silva⁵

Resumo

Este trabalho tem como objetivo elucidar a influência africana nos traços culturais cearenses. A justificativa está pautada em contribuir para reflexões voltadas ao conhecimento das bases culturais, sociais e históricas do Ceará, ampliando discussões nessa temática. A abordagem metodológica é qualitativa, sendo classificada como pesquisa teórica descritiva/explicativa, utilizando procedimento de revisão bibliográfica de análise de artigos e pesquisas historiográficas. Observou-se uma certa dificuldade em pesquisar acerca da cultura afro deixada no Ceará, devido às ideologias fundamentadas e impostas pela população dominante na época, tratada como os euro-descendentes. É interessante observar que conhecimentos de origens europeias, por exemplo, são tratados com valorização, percebidos com requinte, enquanto o saber africano foi desvalorizado durante gerações, sendo tomada a consciência abrangente de seu fascínio cultural, material e imaterial no século atual. A sociedade nega a existência de origens afrodescendentes no Ceará, com base em afirmações de que não existiram negros na região. Diante dos estudos existentes, aos poucos, o Ceará e o Brasil assumem suas raízes afrodescendentes, que por longos séculos, foi esquecida. Um dos caminhos a seguir na conscientização da importância cultural africana na formação histórica do país está na educação, e mesmo com o crescente estudo da história africana nas redes de ensino do Ceará, a falta de acesso à produção acadêmica também impossibilita a consciência geral dos pilares de nossas vidas.

Palavras-chave: África; Ceará; Resgate cultural.

¹ Mestre em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Unilab). E-mail: elanny13@gmail.com

² Docente da Unilab

³ Docente do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Unilab)

⁴ Docente do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Unilab)

⁵ Graduanda do curso de Letras/Português na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC/UECE).

Abstract

This paper aims to elucidate the African influence on Ceará cultural traits. The justification is based on contributing to reflections focused on knowledge of Ceará's cultural, social and historical bases, broadening discussions on this theme. The methodological approach is qualitative and is classified as a descriptive / explanatory theoretical research, using a literature review procedure of article analysis and historiographical research. There was some difficulty in researching about the Afro culture left in Ceará, due to the ideologies founded and imposed by the dominant population at the time, treated as Eurodescendants. It is interesting to note that knowledge of European origins, for example, is treated with appreciation, perceived with refinement, while African knowledge has been devalued for generations, and a broad awareness of its cultural, material and immaterial fascination in the present century has been done. The society denies the existence of Afro-descendent origins in Ceará, based on claims that there were no blacks in the region. Given the existing studies, gradually Ceará and Brazil, assume their roots of African descent, which for long centuries has been forgotten. One of the ways forward in raising awareness of African cultural importance in the country's historical formation is in education, and even with the growing study of African history in Ceará's educational networks, the lack of access to academic production also makes the overview of the pillars of in our lives.

Keywords: África; Ceará; Cultural rescue.

Introdução

“A história do Brasil como é representada, seja pelo pensamento conservador de direita ou pelo pensamento tido como progressista de esquerda, induz muitas ideias errôneas ou incompletas sobre as populações negras” (CUNHA JÚNIOR, 2010, p. 10). Diante disso, negar a forte influência exercida pelos povos escravizados é negar a construção social e cultural do país. De fato, o Brasil carrega na história a subjugação por escravidão de seres humanos e, mesmo com o passar do tempo, não se deve esquecer as diversas contribuições do legado dos povos africanos. Os traços físicos, culturais, técnicas produtivas e outras tantas características que herdamos vêm de negros/negras e afrodescendentes.

Na antiga sociedade escravocrata brasileira, os escravizados eram tidos como seres inferiores, tratados sem quaisquer direitos humanos e, durante

mais de três séculos, essa situação foi vivenciada. Após os movimentos abolicionistas a situação foi sendo modificada, porém lentamente. Negros e seus descendentes iniciaram uma nova luta: a busca pelo respeito, reconhecimento de suas origens e cultura diante da tradicional sociedade ideologicamente escravista. Souza (2007, p. 47) explica que “desde os tempos mais antigos alguns homens escravizaram outros homens, que não eram vistos como seus semelhantes, mas sim como inimigos ou inferiores”.

Apesar da vida sub-humana a que os povos africanos eram submetidos nas senzalas e casas de engenho brasileiras, o reconhecimento de sua força, tradição, ensinamentos de uma cultura rica de costumes e práticas próprias e a influência herdada na construção histórica do país devem ser revelados na história e receber o devido valor. Faz parte do ser humano buscar suas origens culturais. Por que não reconhecer as influências africanas como peças integrantes do que se conhece por cultura brasileira?

Diante das contribuições sociais e culturais que compõem o aglomerado cearense, a população africana que viveu no estado merece reconhecimento. Suas habilidades e costumes fazem parte da história intrínseca da região, não podendo ser aceita a permanência da omissão do legado africano.

No Ceará, talvez mais que em outros estados do país, a identidade do negro na sociedade é simplesmente negada, principalmente quando se refere à sua condição de descendente de escravo. Historicamente, além da sua condição escrava, o negro não é visto como remanescente dos reinos e culturas africanas, evidenciando as referências culturais notórias dos povos africanos no estado, como observado na culinária, costumes, religião, por exemplo. A possibilidade de pensar na formação social e cultural cearense como proveniente de origens africanas parece remota. No entanto, a modificação dos valores ligados à história cearense, bem como ao brasileiro, às noções de "negro" e “afro brasileiro” passam pela transformação de um novo olhar, possibilitando a percepção da importância da contribuição africana na sociedade brasileira (RIBARD, 2009).

Esta revisão de literatura tem como justificativa contribuir para reflexões voltadas ao conhecimento das bases culturais, sociais e históricas do Ceará, ampliando discussões nessa temática. Tem como objetivo elucidar a influência

africana nos traços culturais cearenses. A abordagem metodológica é qualitativa, classificada como pesquisa teórica descritiva/explicativa. Utiliza procedimento de revisão bibliográfica de análise de artigos e pesquisas historiográficas. Reforça-se que, por revisão bibliográfica, entende-se: “a exposição resumida das principais ideias já discutidas por outros autores que trataram do problema, levantando críticas e dúvidas” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 66).

O artigo está estruturado em cinco tópicos, a iniciar por esta breve introdução. O segundo tópico faz um sucinto resgate histórico da origem africana no país e aponta evidências documentadas do início da escravidão no Ceará. O terceiro item relaciona as atividades realizadas por mão de obra escrava com os atuais costumes e habilidades simbólicas da cultura do estado, porém pouco vinculados aos países africanos. A quarta divisão narra como ocorreu a segregação de classes sociais pós-abolição e como esse fenômeno reprimiu as expressões culturais praticadas. O quinto e último tópico remete à importância do repasse e reconhecimento dessa história à coletividade cearense.

Origens africanas e o trabalho escravo no Brasil

A compreensão do fio da história africana é necessária para entendimento do desenvolvimento de conhecimentos técnicos, profissionais e científicos das diversas regiões africanas, que constituíram um capital cultural significativo e fundamental para colonização do Brasil sob o domínio português na forma do escravismo criminoso da mão de obra africana (CUNHA JÚNIOR, 2010, p. 15).

Baseada na relação de trabalho colonial, a norma na sociedade brasileira era possuir escravos para realizar os trabalhos pesados e desagradáveis. A base de trabalho na época da escravidão, que durou cerca de trezentos anos, era a exportação de mercadorias oriunda do trabalho de mão-de-obra escrava. O comércio açucareiro era fundamental na economia do país entre os séculos XVI e XIX. O engenho de açúcar envolvia todo o processo de produção, desde a plantação, colheita, transporte e, com a

ascensão da produção e consolidação do açúcar, aumentou a quantidade de escravos no Brasil (SOUZA, 2007).

De acordo com Tavares (2011), a cana de açúcar era a base da economia na época para a produção de açúcar e cachaça, por isso a necessidade de mão de obra escrava nas fazendas.

Além das atividades do engenho, os escravos tinham que trabalhar no plantio de outras culturas, cuidar dos animais, dos trabalhos ligados à 'casa grande', tecer algodão para confecção de roupas, fazer artigos de palha para transporte de materiais, instrumentos de trabalho, ferramentas para tritura da cana-de-açúcar, enfim uma vasta dimensão de produtos e serviços. Ou seja, tudo o que era usado no engenho era produzido pelos próprios escravos: primeiros os indígenas, depois os africanos (SOUZA, 2007).

Associar os negros à escravidão e estes à produção exclusivamente açucareira revela a lacuna de fatos históricos não descritos na historiografia brasileira, sendo que, em outras regiões do país, o trabalho dos escravizados esteve designado a diversas atividades produtivas, dentre elas, por exemplo, o cultivo de algodão, cacau e demais atividades econômicas e agropecuárias (CAMINHA, 2011).

Escravidão no Ceará e a (des)construção do legado cultural africano

Conforme deixa claro a afirmação de Cunha Júnior (2010, p. 20), "a mão de obra africana e afrodescendente no Brasil foi em parte um conjunto de trabalhadores com formação profissional esmerada e com especializações importantes para a economia da época em diversas áreas de ofícios". Como em todo processo cultural, o que foi aprendido e enraizado tem como tendência ser continuamente ensinado e adaptado pelas próximas gerações.

Não se sabe ao certo sobre a primeira aparição de povos africanos no Ceará. Apenas no século XVIII que se tem comprovações de entrada de negros no estado (STUDART, 1995 *apud* CAXILE; FIALHO; SANTANA, 2014). A maioria desses escravos era traficada da região da Angola, mas foram os povos oriundos da África ocidental que se concentraram na Bahia e Maranhão (SOUZA, 2007). Os escravos que vieram para o Ceará, principalmente na

metade do século XIX, eram de estados adjacentes, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão e Bahia. As atividades a eles designadas eram serviços domésticos (BRIGIDO, 1900 *apud* CAXILE; FIALHO; SANTANA, 2014).

Os africanos que chegaram ao Ceará tinham função de empregados domésticos. Desse modo, mesmo que no estado não existisse a prática escravocrata em atividades econômicas como em outras regiões do país, diversos grupos étnicos africanos, por vários motivos, buscaram estabilidade na região (FONTELES, 2008).

Essas atividades domésticas eram desde cuidar dos serviços gerais da fazenda até agricultura e criação de animais. De acordo com Caxile, Fialho e Santana (2014), achados documentais revelam o pouco emprego de mão de obra escrava na principal atividade econômica da região do Ceará: a atividade de pecuária não exigia atividade escrava, pois utilizava trabalhadores livres.

Cunha Júnior (2007) explica que a sustentação da negação da existência de negros está baseada no fato de que no Ceará não havia engenhos de açúcar e que o estado havia libertado os escravos quatro anos antes dos outros estados do país. Com isso, todos negros teriam ido embora. Associar a escravidão à produção açucareira e afirmar a ausência de população negra nas regiões foram um erro na história do país.

Pesquisas apontam que apenas em Massapé, situado na região do Nordeste, houve atividade escrava ligada aos engenhos de açúcar. Até 1888 o sertão trabalhava com outras atividades, inclusive a pecuária bovina. Esse ramo do comércio não é tido na cultura brasileira como atividade de produção com intensa mão-de-obra escrava por não ser estudada a cadeia produtiva do boi, ou seja, um problema histórico não associado às culturas africanas. Dessa forma, a cultura do gado e das festas relativas ao boi no país são referenciados por serem de Portugal e não da África. Estudos revelam que as festas dos bois, estão relacionadas às festas africanas (UTIRON, 2009).

Assim como o boi, os artesanatos em couro e a curtume⁶ vieram da África do Norte e Ocidental para o Brasil e Portugal. A cultura africana possui tradição milenar em domesticação e criação de bois. É fato que a afro descendência e

⁶ Curtume: procedimento utilizado no tratamento de couro para eliminar seus aspectos orgânicos. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/curtume/>. Acesso em: 18 jul. 2019.

cultura cearense dependem de uma revisão da história econômica do Ceará (SANTOS; CUNHA JÚNIOR, 2010).

É possível verificar uma certa dificuldade em pesquisar acerca da cultura afro deixada no Ceará, devido às ideologias fundamentadas e impostas pela população dominante na época, tratada como os euro-descendentes. E assim, a sociedade nega a existência de origens afro descendentes no Ceará, com base em afirmações de que não existiram negros na região. O saber construído pelos europeus subjugou e apagou a complexa e abundante existência cultural africana. Percebe-se ainda a omissão da importância do negro na construção sociocultural da história do estado. O que permanece é a alusão dos traços deixados por portugueses e os povos nativos (indígenas). As limitações das origens africanas na história do Brasil são um erro grave a ser analisado e resolvido (CAMINHA, 2011).

Essa explicação vem de um discurso iniciado há décadas, por intelectuais que defendiam a pouca influência do negro na construção étnica e cultural cearense, sustentada por membros do Instituto Histórico do Ceará. O discurso é: o Ceará não possuiu negros e que a cultura do estado pouco (ou nada) tem de traços africanos (MARQUES, 2013).

São pouco significativas as referências sobre o patrimônio cultural negro no estado. O que prevalece são relatos de costumes vindos dos indígenas ou da realeza colonial. Nota-se que o saber construído pelo homem branco da corte é constituído por visões de mundo e estereótipos que colocam um “olhar imperial” sobre o planeta, e assim, os povos africanos que os serviram têm sua dinâmica cultural anulada. São afro descendências limitadas pela história da interpretação das histórias da África e do Brasil (CAMINHA, 2011).

Abolição cearense e a segregação de culturas

Não puderam os escravos negros manter íntegra sua cultura, nem utilizar preferentemente suas técnicas em relação ao novo meio. Não foi possível aos negros revelarem todo o seu conjunto cultural porque, ao contato com outros grupos, ou porque, como escravos, tiveram sua cultura deturpada (DIEGUES JÚNIOR, 1976, p. 100).

No início do século XIX, os povos africanos foram impedidos de praticar seus ritos e costumes por serem considerados impróprios na cultura europeia, afastando possíveis influências na representação da prosperidade construída pelos europeus (BRASIL, 2009).

O Ceará é conhecido como “Terra da Luz” por seu pioneirismo na luta contra a escravidão. Redenção foi o primeiro município cearense a abolir escravizados, que se deu em 1883. A cidade está localizada na região do Maciço de Baturité, compreende as áreas de serra e semiárido no estado, inclusive possui o significado da nomeação em homenagem a este fato histórico de repercussão nacional (TAVARES, 2011).

Para Marques (2013), Fortaleza passou a ser vista como a metrópole heroica abolicionista, e o Ceará como exemplo de estado a ser seguido por ser defensor do abolicionismo cearense, conscientizando os senhores a libertarem seus escravos.

Durante muito tempo, a ideia precursora da abolição dos escravos no Ceará teria sido um reflexo de uma elite benfeitora, que conduziria os negros à tão sonhada liberdade. Contudo, a real intenção foi outra, travada por lutas e resistências dos ex-escravizados, momentos estes escassamente expostos na história abolicionista do estado (ASSUNÇÃO, 2009).

Após o marco da abolição, os ex-escravizados veem-se sem rumo, sem moradia e quaisquer meios para manter-se num país preconceituoso e discriminador. Estes iniciaram concentrações próximas a locais do centro urbano, o que não agradou à elite. As autoridades, pensando em disciplinar o setor urbano da capital cearense no final do século XIX, estabeleceram medidas e técnicas para controlar as camadas populares, sobretudo com a finalidade de controlar os comportamentos e a saúde da classe (CAXILE; FIALHO; SANTANA, 2014). A ideia foi manter sob vigilância qualquer atitude ou doenças que pudessem pôr em risco a ordem social e o bem-estar nos novos centros de habitações africanos e afro descendentes, não ameaçando a tranquilidade das camadas altas da sociedade.

Ainda de acordo com Caxile, Fialho e Santana (2014), as cidades sempre trouxeram fascínio sobre os grupos de escravizados libertos. As populações construía laços sociais, parentescos e expressões culturais

significativas que possibilitaram iniciar um processo de resistência contra a discriminação social e racial. A população menos abastada foi residir no fundo dos vales, às margens da linha dos trens ou em morros. O período que compreende o fim do século XIX e início do século XX foi marcado por importantes transformações sociais, políticas e econômicas. Seguindo o caminho de mudanças, as principais cidades do país sofreram reformas nos centros urbanos e sociais. Todo esse desejo de mudança evidencia em Fortaleza, na metade do século XIX, a necessidade de disciplinar seus moradores. Isso inclui, principalmente, reprimir as manifestações populares de seu meio urbano.

Assumindo a africanidade cearense

O reconhecimento da afrodescendência na cultura cearense traduz a possibilidade de expressão das identidades afrodescendentes do estado. Implica em retirar da marginalidade da história e da cultura um grande setor da população que não encontra na história oficial e meios de divulgação da cultura o reconhecimento amplo da sua identidade (SANTOS; CUNHA JÚNIOR, 2010, p. 6).

Há dificuldades em relacionar tecnologias e mão de obra africana com o desenvolvimento econômico do país. O trabalho dos povos africanos foi visto como atrasado; oriundo de sociedades sem um legado material de conhecimento tecnológico nas áreas da agricultura, minério, metalurgia e comércio, por exemplo. Desse modo, é possível perceber nas indústrias do couro e carne de charque, que têm uma vasta cultura de base africana, algo que o nordeste do país dificulta em historicizar. Cultura que é comum para a compreensão do sertão como a atividade dos povos criadores de gado no Ceará (LIMA; CUNHA JÚNIOR, 2000). É interessante observar que conhecimentos de origens europeias, por exemplo, são tratados com valorização, percebidos com requinte, enquanto que o saber africano foi desvalorizado durante gerações, sendo tomada a consciência abrangente de seu fascínio cultural, material e imaterial neste século vigente. Não se pode mais admitir na sociedade a presença do repúdio pela cor, raça, cultura e religião diferentes.

Os grupos negros e brancos são vistos com fenótipos únicos, ideologia. Assim, a mestiçagem parte da ideia de descendência do negro e no seu desaparecimento. Porém a mesma comparação não é feita entre povos brancos ou europeus (SANTOS; CUNHA JÚNIOR, 2010). Com efeito, os autores revelam que o problema do não conhecimento da origem cultural de um povo remete ao fato de não se possuir histórias unificadas, e sim fragmentos culturais que remetam às regiões do país.

Aos poucos, o Ceará e o Brasil assumem suas raízes afrodescendentes, que por longos séculos foi relegada. Alguns esforços de difusão da cultura afro surgem, além de serem expostas e discutidas as contribuições africanas para a religiosidade, o universo mitológico, comércio, dentre outras atuações. Embora ocorra de forma lenta, a nação começa a reconhecer que a África está viva no seio do país, com muita influência, além de compor uma tradição rica (CAMINHA, 2011). Universidades foram criadas com foco na integração de países estrangeiros, principalmente africanos com idioma português. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) possui papel educacional de proporcionar debates, ensino, pesquisa e extensão aos que buscam integrar o rol de elucidados da História da África e seus Afrodescendentes.

Mesmo com o crescente estudo da história sociocultural africana nas faculdades do Ceará, que possuem professores redigindo livros sobre a história dos negros, a falta de acesso à produção acadêmica impossibilita a consciência geral dos pilares de nossas vidas, fazendo com que acreditemos em uma origem miscigenada entre brancos e índios (CAMINHA, 2011). A Lei 10.639/03⁷ que trata do ensino da História e Cultura Africana nas escolas públicas possibilita o conhecimento básico do legado afro nas séries iniciais de ensino. O conhecimento adquirido na matriz curricular dos níveis fundamentais I e II poderia ser reforçado e ampliado no nível superior, independente da área de formação. Conhecer nossos princípios culturais contribui para diminuir o

⁷ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e inclui na matriz curricular da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm. Acesso em: 19 jul. 2019.

preconceito, subjugação na sociedade e tornando-nos conscientes de nossas origens.

Questionamentos não param: “outro problema também de fundo conceitual, é que olhamos as culturas brasileiras como muito particulares e com ênfase na cultura indígena e cabocla” (SANTOS; CUNHA JÚNIOR, 2010, p. 4). Interpreta-se que, a partir destas visões, se pautam a história da cultura cearense. A autora Regina Claro (2012, p. 162) afirma em seu livro a relevância de conhecer as Áfricas, suas histórias e costumes, como relata no trecho abaixo:

Podemos falar de muitas Áfricas coexistentes no tempo e espaço. O anseio por estabelecer a singularidade da África, os dilemas acerca da possibilidade de construção de uma unidade, o resgate das inúmeras tradições e apropriação de elementos culturais externos e modernos fazem parte dos esforços em se retomar o protagonismo para a constituição da sua própria história. Múltipla e única, ao mesmo tempo.

A revisão de fontes históricas do Ceará e a inclusão da presença africana e afrodescendente introduzem a interpretação da existência cultural no estado. Ao invés de buscar explicações da origem do tratamento do gado, agricultura, couro e outras vertentes sociais, enfatiza-se a expansão das culturas africanas vindas das regiões da África Ocidental, Oriental, África do Norte e assim sucessivamente (SANTOS; CUNHA JÚNIOR, 2010).

Conforme Fonteles (2008), havendo grupos africanos ou não, de certa forma, todos buscam a perpetuação da história de nossas origens, buscando a realidade dos fatos. Trata-se de um desafio imenso reformular a construção histórica do estado e do país, ainda mais quando se é fortalecido por interlocutores e suas ideologias.

Considerações finais

Este artigo aponta as origens de um povo formador da cultura brasileira e cearense, forçados pelo tráfico criminoso escravista de vários países colonizadores europeus, décadas depois da colonização do país. Possuidores de uma cultura única e ao mesmo tempo diversificada, os africanos adotavam

técnicas de trabalho especializadas em vários ramos da agricultura, agropecuária, arte e cultura, por exemplo. A imensidão de traços culturais herdados, estão vinculados a esses povos que por longos séculos foram estigmatizados em níveis social, político e histórico. Falar da composição cultural brasileira é associar ao povo africano e não seria diferente na região nordeste do país, especificamente no Ceará.

Mesmo havendo equívocos quanto à formação cultural cearense, está mais do que comprovado o legado afro deixado no estado. É preciso reconhecer o patrimônio imaterial e material dos antepassados africanos, dando-se a oportunidade de descobrir a história não contada. A melhor e mais eficaz forma de divulgação da cultura africana é por meio do ensino. Os ambientes escolares são fontes fundamentais na busca por conhecimentos e cabe ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira a difícil tarefa de reformular conceitos errôneos e a garantia do fortalecimento de bases sociais inerentes ao desenvolvimento de cidadãos conscientes.

Negar a existência da africanidade não é saudável nem tampouco fiel para a história. Para que, de fato, o conhecimento sobre as raízes africanas atinja um nível abrangente, será necessário maior tempo de inclusão dessas informações no ensino básico e superior. Compete aos historiadores e pesquisadores, autoridades e governo a divulgação da real história, sem prevalecer a difusão de uma cultura tida como dominante, que enfraqueceu saberes de culturas construtores da nossa sociedade sem o merecido reconhecimento; sem definições de culturas inferiores e subalternas devido a etnia, gênero, classe, origens ou quaisquer formas de expressão. Cabe também à sociedade civil buscar por seu passado e o repasse da única e verdadeira história, passividade é empecilho na evolução humana e pessoal.

Finalizando esta revisão, conclui-se que cientistas sociais reforçam que o estudo do legado africano deve ser contínuo e aplicado nas séries iniciais de ensino ao nível superior.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB ao Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Referências

ASSUNÇÃO, M. A. *Escravidão e Liberdade em Fortaleza, Ceará (Século XIX)*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Bahia. UFBA. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/13690>>. Acesso em: julho de 2018.

BRASIL, Ministério da Cultura. Patrimônio Brasileiro. *Cultura afro-brasileira se manifesta na música, religião e culinária*. 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/cultura/2009/10/cultura-afro-brasileira-se-manifesta-na-musica-religiao-e-culinaria>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

CAMINHA, R. A Cultura Negra e o Ceará: Uma Relação a Ser Descoberta. In: *Africania e Cearensidade: Catálogo do Museu Histórico e Memorial da Liberdade*. Fortaleza: Instituto Olhar Aprendiz, 2011. p.27-30.

CAXILE, C. R. V.; FIALHO, L. M. F.; SANTANA, J. R. *Africanos e afrodescendentes: espaços de cultura, resistência e sociabilidade*. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

CLARO, R. Olhar a África: fontes visuais para sala de aula. 1.ed. – São Paulo: Hedra Educação, 2012. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/download/1830/1313>>. Acesso em: julho de 2018.

CUNHA JÚNIOR, H. Sina do tempo que fica. *Cadernos Negros – Contos Afro-brasileiros*. Volume 30, p. 111-112. 2007.

CUNHA JUNIOR, H. *Tecnologia africana na formação brasileira*. 1.ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2010. Disponível em: <http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/268>. Acesso em: 07 jul. 2018.

DIEGUES JÚNIOR, M. *Etnias e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1976.

FONTELES, L. V. *A identidade do negro sertanejo e a “invenção” dos remanescentes de quilombos*. IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil, 28 a 30 de maio de 2008.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.) *Método de pesquisa*. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

LIMA, M. B.; CUNHA JÚNIOR, H. Repertórios culturais de base africana, identidade afrodescendente e educação em Sergipe. *Série pensamento negro em educação*. Florianópolis: 2000.

MARQUES, J. P. A invisibilidade do Negro na História do Ceará e os Desafios da Lei 10.630/2003. *Revista Poiésis*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado, Universidade do Sul de Santa Catarina. Unisul, Tubarão, v.7, n.12, p.347-366, jun./dez 2013. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/download/1830/1313>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

RIBARD, F. P. G. O Ensino Afro-Brasileiro e a Busca de um Futuro para a Sociedade. In: Documentos. *Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará: Afro-brasileiro*. Fortaleza. v.7 – 2009. p.9-12. (Arquivo público do Estado do Ceará).

SANTOS, M. P. dos; CUNHA JÚNIOR, H. População Negra no Ceará e sua Cultura. *Revista África e Africanidades*. Ano 3, n.11, Nov, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/VVQaSp>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

SOUZA, M. de M. *África e Brasil africano*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2007.

TAVARES, F. A Cidade de Redenção. In: *Africana e Cearensidade: Catálogo do Museu Histórico e Memorial da Liberdade*. Fortaleza: Instituto Olhar Aprendiz, 2011. p.19-22.

UTIRON, J. J. *Inter-relações entre linguagem, cognição e cultura: os acordos interpessoais em Bijagó*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras – UFMG. Minas Gerais. 2009.